

ATA Nº26

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 30 de setembro de dois mil e vinte e um.** -----

-----Ao trigésimo dia do mês de Setembro de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Victor Fernando dos Santos Neto e Madalena Marques dos Santos Simões Pinto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 25/06/2021;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Intervenção do Público;** -----

-----**E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Sérgio Domingos, em substituição de Xavier Pior, Hugo Jorge, em substituição de Maria Pedro da Silva, e Liliana dos Santos Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

-----Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Patrícia Ferreira e Paulo Alexandre Ferreira Malta, eleitos na lista do CDS. -----

----- Bruno Julião e Rafael Castro, em substituição de Óscar Gaspar, eleitos na lista do PS. -----

----- Iguamente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca, Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Xavier Prior Neto, Maria Pedro Silva, Óscar Gaspar e Maria Helena Marques dos Santos.-----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores, senhora Sara Caladé, senhora Susana Gravato e o senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 25 de Junho de 2021.**-----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. O senhor Deputado Bruno Julião pediu para usar da palavra e referiu que na última sessão da Assembleia o grupo municipal do PS apresentou um requerimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que deveria estar junto à ata. Neste sentido, solicitou que o documento pudesse figurar na ata que esta fosse disponibilizada publicamente e remetida aos Membros da Assembleia Municipal. O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que o que foi enviado foi a minuta da ata e que o requerimento fará parte integrante da ata, o requerimento irá ser integrado na ata. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.**-----

----- O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre os dias vinte e oito de Junho e trinta de Setembro de dois mil e vinte e um. O senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou alguns esclarecimentos. Em relação a esta sessão a mesma foi convocada para hoje, embora todas as sessões tenham sido agendadas para a última sexta feira do mês em que se realiza, atendendo ao calendário eleitoral das Eleições Autárquicas, que coincidia com o último dia da campanha e o senhor Presidente julgou não ser oportuna a realização da sessão da Assembleia Municipal e daí ser marcada para o dia de hoje. A sessão foi marcada como de habitual, através de convocatória e com o respetivo edital com toda a documentação, como foi sempre feito durante o mandato. Entretanto, informou que a Mesa fez uma declaração a um pedido de esclarecimento, de uma deliberação tomada na Assembleia Municipal, relativamente ao ponto quatro da ordem de trabalhos da sessão realizada em trinta de junho de dois mil e vinte, que tinha como objeto a aprovação prévia dos encargos plurianuais no que respeita à contratação dos serviços de limpeza urbana. O Tribunal de Contas pediu uma clarificação porque na ata que foi enviada não está mencionada essa repartição de encargos e a Mesa clarificou qual foi o sentido dessa deliberação. Se os membros da Assembleia quiserem consultar o documento ele encontra-se disponível para o efeito. O senhor Deputado Bruno Julião pediu para fazer uma interpolação à Mesa e referiu que o grupo municipal do PS apresentou um requerimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de remeter a Comissão Nacional de Proteção de Dados o Relatório de Contas da Câmara Municipal para esclarecer se há ou não uma violação do Regime RGPD. Neste sentido, o senhor Deputado pretende saber se há alguma resposta da Comissão Nacional da Proteção de Dados a essa missiva ou não. O senhor Presidente da Mesa referiu que em relação a esse assunto, e como consta da ata, que foi há pouco aprovada, foi efetivamente entregue um requerimento à Mesa pelo grupo municipal do PS e

o mesmo, por lapso, não foi colocado a votação, nem os seus promotores pediram para que fosse votado. Entretanto, como houve por parte do senhor Presidente da Câmara a clara manifestação de que iria esclarecer essa questão, o requerimento não foi remetido, e aguarda-se a explicação. O senhor Deputado Bruno Julião lembrou que a Lei estabelece total independência entre a Assembleia Municipal e as competências de fiscalização, e a Câmara Municipal e essa foi a razão pela qual não houve necessidade da votação do requerimento, porque há uma independência, o que não quer dizer que haja aqui um acordo em relação aos procedimentos que deve seguir a Assembleia Municipal e os que deve seguir a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal tem plena autonomia para seguir todas as suas competências de fiscalização. Se esse requerimento não seguiu, e o senhor Deputado percebe a legitimidade legal que foi referida, o grupo municipal do PS vai considerar se irá, ou não, ele próprio enviar à Comissão Nacional de Proteção de Dados o documento. O senhor Presidente da Assembleia Municipal considera que o assunto poderá ser clarificado de forma a tranquilizar todos. Tal como diz o Regimento da Assembleia Municipal o requerimento devia ter sido votado e não foi, uma falha da Mesa e do grupo municipal do PS que também não pediu a votação do mesmo. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos senhores Deputados à sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Do público houve duas inscrições para usar da palavra: O senhor Miguel Tarenta e o senhor Alexandre Marques. -----

-----O senhor Miguel Tarenta questionou o senhor Presidente sobre a estrada que liga a EN109 ao Colégio de Calvão. Segundo o município esta estrada, sobretudo no troço que vai desde a antiga pré-escola até ao cruzamento que vai dar ao Estádio do Grupo Desportivo de Calvão, encontra-se com as bermas em muito mau estado. Com a agravante de ser uma estrada estreita e de visibilidade reduzida. É algo comum a outras estradas do Concelho, mas não é isso que motiva o senhor Miguel Tarenta a vir aqui e sim o facto de ser uma estrada muito utilizada por estudantes do Colégio de Calvão, sobretudo aqueles que se fazem transportar de bicicleta. Quer os jovens que se fazem transportar de bicicleta quer os automobilistas, muitas vezes, evitam circular junto à berma para evitar acidentes. Esta situação leva a que os veículos automóveis invadam a via de sentido contrário ao desviarem-se da berma. O senhor Miguel Tarenta pergunta se o problema está sinalizado, e se está, quais as medidas que estão para ser tomadas ou que já foram tomadas. ----

----- De seguida usou da palavra o senhor Alexandre Marques para ver clarificado um tema “quente” durante a campanha e que tem a ver com a contratação de seguros por parte da Câmara Municipal. O senhor Alexandre questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se a Câmara realmente contratou seguros com alguma empresa onde o senhor Presidente da Assembleia Municipal fizesse parte dessa sociedade ou de outra forma menos direta. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à questão do senhor Miguel Tarenta essa situação nunca havia sido reportada à Câmara Municipal com esse problema específico, embora tenha conhecimento que esse troço é muito utilizado quer por alunos do Colégio de Calvão, quer por viaturas ligeiras e, infelizmente, por viaturas pesadas que, apesar da proibição, ainda por ali continuam a passar. A Câmara Municipal colocou a sinalização de proibição de trânsito pesado no Estradão de Calvão, mas continua a haver a passagem de veículos pesados. O senhor Presidente já solicitou junto da GNR que fosse reforçada fiscalização para evitar que os veículos pesados passem ali. Há aqui uma questão essencial, ou seja, para além de se repararem as bermas, situação tomada em devida nota e consideração, é absolutamente fundamental tratar rapidamente para que o Governo dê resposta à descentralização de competências na EN 109. Já começa a ser vergonhoso o facto de há mais de dois anos esta Assembleia ter aprovado a descentralização de competências em várias áreas e há duas em que o Governo “teima” em não passar para os Municípios, no caso a gestão da EN 109 e a gestão do património do Estado, completamente abandonado e em ruínas. Nesta conjugação do tratamento do trânsito após haver mais poder sobre a EN 109 já se podem organizar melhor os trabalhos de requalificação de algumas vias. Contudo, em articulação com a Junta de Freguesia, na via em concreto, poder-se-á considerar passagens de sentidos únicos. Esta é uma hipótese, que nunca foi considerada, mas é uma solução que poderá estar em cima da mesa. A via é aquela e não vai esticar, não vai aumentar e, portanto, ter-se-á sempre esse problema. Quanto à questão do senhor Alexandre Marques o tema nunca foi colocado ao senhor Presidente da Câmara em campanha eleitoral, foi sim colocado uma vez em sede de reunião de Câmara. A Câmara Municipal de Vagos tem uma contratualização com uma Seguradora, já desde à muito tempo a esta parte, e está a ser finalizado o processo da central de compras na CIRA, onde um dos objetos que vai ser alvo desta central é precisamente a questão dos seguros. Muito em breve, os seguros que estavam contratualizados há muitos anos a uma Companhia de Seguros poderá deixar de estar ou não, porque os seguros passarão a ser adquiridos através da central de compras da CIRA. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal entendeu, por bem, clarificar que nunca teve qualquer vínculo contratual com a Câmara Municipal de Vagos. Por escolha da Companhia de Seguros, foi mediador como poderia ter sido outro e, portanto, nunca teve qualquer impedimento para exercer o lugar de Presidente da Assembleia Municipal com muita isenção e independência como o demonstrou ao longo do mandato. Essa pergunta podia ter sido feita e ter sido esclarecida nos locais próprios, evitando ter sido da forma como o foi e que não corresponde à verdade. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado José Martins usou da palavra e começou por felicitar todos os eleitos nestas últimas eleições. Entretanto, as eleições já foram e agora há que continuar o trabalho que tem sido feito até agora. Em Vagos tem de se começar a trabalhar em pequenos arranjos, porque as estradas estão a precisar. Quando fala em estradas não se refere a estradas principais, mas por exemplo na Urbanização da Corredoura, que tem uma série de pedras das calçadas soltas. São

pequenos arranjos, mas que causam algum transtorno à população ali residente. Ao senhor Deputado também o preocupa o início das obras na estrada da Fonte, que faz ligação à Zona Industrial, porque cada vez está em pior estado e é preciso resolver aquela situação o mais rápido possível. Entretanto, deixou uma chamada de atenção curta e simples, isto é, Vagos é um Concelho que tem tido alguma preocupação com árvores, mas há alguns passeios que tinham umas árvores e que foram cortadas e há alguns munícipes que estão um pouco tristes por não ter sido colocada mais uma árvore, ou mais, naqueles passeios. O senhor Deputado tem conhecimento que está em pensamento a recolocação de algumas árvores e lembra que esta é uma iniciativa importante para a vila de Vagos. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e deixou uma saudação muito especial a todos o que o acompanharam ao longo destes quatro anos aqui na Assembleia Municipal. Saudou com amizade todos os eleitos, nomeadamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara Municipal, desejando-lhe as maiores felicidades no futuro do próximo mandato. O senhor Basílio de Oliveira deixou uma pequena observação, ou seja, as bermas da estrada do Boco à Quinta da Mónica precisam ser limpas com urgência. -----

----- O senhor Deputado Tony Almeida usou da palavra e começou por dar nota positiva ao ato eleitoral que decorreu no domingo passado, e salientou como negativo a abstenção, pois está-se a falar da menor intervenção da sociedade na eleição de quem os representa. Os eleitos, como responsáveis, têm de chegar junto da população e fazê-los entender que é importante um ato eleitoral como o que aconteceu no domingo passado. Entretanto, colocou duas questões. A primeira delas prende-se com os contentores, que é uma situação recorrente aqui, e com a sua limpeza e desinfeção. O senhor Deputado tem conhecimento que na Freguesia de Calvão correu muito bem, mas na Freguesia de Ouca não terá sido bem assim. O senhor Deputado gostaria de saber se junto dos elementos da fiscalização já foi dada nota à empresa responsável. A segunda questão, provavelmente já para o próximo executivo, uma nota positiva à forma como decorreu a época balnear deste ano e deixa uma chamada de atenção referente ao Areão Sul, definida por si muitas vezes como uma zona de ninguém. Sempre que começa a época balnear nota-se, que ao contrário do que acontece na Vagueira e no Areão Norte, aquela área não é devidamente preparada. A praia do Areão serve uma grande quantidade de veraneantes e tem apenas uma casa de banho na zona de acesso principal. A limpeza desse balneário acontece ciclicamente de três em três horas, mas para o número de pessoas que circula é manifestamente baixo. O senhor Deputado sugere que se considere outra maneira de rever a manutenção das instalações sanitárias, porque no quadro atual, não está a ser a mais adequada. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que como se sabe este período antes da ordem do dia destina-se a discutir assuntos de interesse para o Município e neste contexto de fim de ciclo talvez valha a pena falar um pouco deste que é o principal Órgão da Autarquia, a Assembleia Municipal, e inevitavelmente as Eleições Autárquicas. Sobre as Eleições há que saudar a participação dos vaguenses, as Eleições Autárquicas são a festa da democracia,

o partido vencedor, o PSD e os seus cabeças de lista que venceram para a Câmara e para a Assembleia Municipal, os vencedores para as Juntas de Freguesia do PSD e do CDS. O PSD é o partido vencedor, não obstante de ter de sinalizar que desceu imenso em votos e percentagem em relação às eleições anteriores, numas eleições que resultaram num crescimento de toda a oposição. Portanto, honra também aos vencidos pelos resultados que obtiveram nestas eleições. Uma nota de preocupação, que obviamente responsabiliza a todos, é o facto de a abstenção ter subido, e não haverá, certamente, aqui nenhum Deputado que não queira também usar esta Assembleia Municipal para melhorar esta situação. Todos compreendem bem que nesta ocasião se sinalize como uma marca do mandato passado uma proposta do Partido Socialista para que a Assembleia Municipal passasse a ser transmitida online, o que permitiu aprofundar a dimensão pública deste Órgão, que pode ainda, e deve, ser reforçada com propostas de abertura da Assembleia ao povo e poder-se-á inevitavelmente continuar a discutir no início do próximo mandato de modo a promover uma maior aproximação aos cidadãos e combater a abstenção. Houve eleições, mas também neste espaço a Câmara não pode “escapar” de responder sobre o que andou a fazer nos últimos meses do mandato. Mais uma vez se notou que só fez alguns arranjos nas estradas perto do período eleitoral, e o senhor Deputado não sabe se haverá mesmo algum Regulamento Municipal que obrigue a Câmara a arranjar estradas apenas em altura eleitoral, mas os problemas da rede viária são tantos que as estradas têm mesmo de ser arranjadas ao longo de todo o mandato. O senhor Deputado deixou um exemplo paradigmático, ou seja, a calamidade em que se encontram as estradas da Zona Industrial de Vagos. Não se fez a obra por fases, rebentaram demasiadas estradas ao mesmo tempo e a zona ficou muito destruída, houve um péssimo planeamento nesse capítulo e inclusive não parece estar previsto enterrar as infraestruturas, designadamente as de comunicações e electricidade. Neste momento, há ali cabos a um metro de chão. As empresas queixam-se de falhas de energia e de comunicações e alguém tem de defender as empresas e alguém tem de defender as pessoas que se dirigem para o trabalho diariamente naquelas condições. Não há nenhum Município com uma zona industrial naquele estado. Posto isto, o que é que pretende fazer a Câmara Municipal para acelerar a resolução da situação? Perguntou. Na linha daquilo que foi dito pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, de que o senhor Presidente da Câmara Municipal teria esclarecimentos a prestar sobre se a Câmara Municipal teria incorrido em alguma ilegalidade no âmbito do regime RGPD o senhor Deputado pergunta se vão ser prestados esses mesmos esclarecimentos. -----
----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que a sua intervenção de hoje é, no fundo, para felicitar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela reeleição, assim como o senhor Presidente da Câmara. Pelas intervenções que aqui foram feitas as pessoas já se vão habituando a que estas pessoas ocupem estes lugares, porque até perguntas para futuro, sem ainda terem tomado posse, foram feitas. É útil esclarecer os cidadãos que por muito boas propostas que o Partido Socialista possa achar que traz a esta Assembleia enquanto existir uma maioria clara do PSD elas só serão aprovadas se o PSD entender que efetivamente essas medidas fazem bem a Vagos e ao povo de Vagos. E foi isso que aconteceu com a transmissão

online, que foi efetivamente uma proposta apresentada pelo Partido Socialista. Sempre que um partido apresentar propostas que sejam benéficas para os cidadãos vaguenses e para Vagos o PSD votará a favor dessas propostas, como fez com a transmissão online da Assembleia Municipal. O senhor Deputado alerta, ainda, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara para não se preocuparem com as percentagens e ao facto de eventualmente terem descido, pois deu-se ao trabalho de fazer algumas contas e o Partido Socialista a crescer ao ritmo que cresceu nestas eleições demorará duzentos e oitenta anos a chegar ao número de votos do PSD. Ao contrário, o PSD para chegar ao número de votos que tem o Partido Socialista demoraria menos anos, porque diminuiu em termos de votos com percentagem maior. Portanto, tudo isto depende da forma como cada um quer ver os resultados. Não há dúvida nenhuma que o PSD venceu estas eleições e a maioria das pessoas que foram votar entenderam que este partido tinha as melhores propostas para o Concelho de Vagos. Quem aqui vier dizer outra coisa mais não está do que a renegar aquilo que se passou nas últimas eleições e isso não fica bem. A campanha eleitoral correu de uma forma muito elevada e o senhor Deputado lamenta que tenham existido algumas “TVs da Vergonha” que efetivamente tenham levantado alguns problemas, nomeadamente o dos seguros e que não tenham trazido a verdade, porque esclarecer não é mal nenhum. Em nome do grupo municipal do PSD fica um abraço grande a todos os membros que já não vão estar na próxima Assembleia Municipal, porque a maior parte irá seguir, e um abraço muito especial e muito sentido ao senhor Basílio de Oliveira que teve ao longo destes anos um comportamento de forma elevada, pois é assim que se faz política. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que a sua questão tem a ver com as obras de saneamento que estão em curso na Freguesia de Ouca. As obras estão quase concluídas, no entanto, apesar da sinalização junto da empresa, que está a executar a obra, há a necessidade de fazer a recolha de alguns sobrantes, nomeadamente areias, alguns resíduos que vão ficando e até algumas pequenas reparações que são necessárias, de alguns danos que aconteceram fruto da intervenção. Praticamente, dois anos já passaram e a resposta que se pretendia não chega. A Junta de Freguesia já fez essa participação, mas as respostas não chegam e, por isso solicita à Câmara Municipal alguma pressão para que essas situações fossem corrigidas o quanto antes. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e deixou três notas muito breves. A primeira dando conta da participação do grupo municipal do PSD na Comissão Alargada da CPCJ, que fez questão de em todos os momentos oportunos fazer o *feedback* da responsabilidade que lhe foi incumbida. Quer o senhor Deputado Sérgio Martins quer a senhora Deputada Madalena Pinto tiveram esse cuidado ao longo destes quatro anos. A segunda nota prende-se com o arranque do ano letivo que, tanto quanto se sabe, decorreu sem incidentes, bastante bem acompanhado, quer no Agrupamento de Escolas de Vagos quer no Colégio de Calvão, e deixou um agradecimento ao senhor Presidente da Câmara Municipal por todas as Assistentes Operacionais que disponibilizou para que isso acontecesse de forma tranquila. Por último, um

obrigado aos vaguenses que confiaram nele e em todos os senhores Deputados que nestes quatro anos puderam desempenhar com zelo a função para o qual foram eleitos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e pediu autorização para ser o senhor Vice-Presidente a esclarecer a questão relativa à zona industrial. -----

----- Autorização concedida o senhor Vice-Presidente usou da palavra e esclareceu que em relação às queixas de falhas de energia e telecomunicações não tem havido reporte de nenhuma empresa e é costume todos os empresários telefonarem para a Câmara Municipal assim que existe algum problema. Relativamente ao enterramento das infraestruturas na zona industrial ter-se-á de analisar as coisas em questão de obra e ver as opções. Para enterrar aquelas infraestruturas é preciso gastar, só na parte elétrica, um milhão e duzentos mil euros e mandar os cabos todos que lá estão para o lixo. A obra tem um custo de um milhão e trezentos mil euros, seria mais um milhão em cima, já para não falar nas telecomunicações, mais seiscentos, setecentos ou oitocentos mil euros. A Câmara Municipal tem de tomar decisões, porque há outras coisas para fazer. Gastava-se um milhão e trezentos mil euros na obra e mais um milhão para enterrar? Tem de haver uma noção da realidade. Os proprietários teriam, também eles, de gastar dinheiro, porque para enterrar as infraestruturas é preciso fazer alterações nas fábricas. Não é enterrar e depois ligar. Antes de se dizer estas coisas publicamente devem primeiro informar-se e perceber como é que é a realidade das coisas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões levantadas pelos membros da Assembleia Municipal. Em relação às pequenas reparações na Vila tomou a devida nota e ir-se-á proceder em conformidade. Relativamente à Rua da Fonte a obra irá iniciar em breve, já foi aprovado o plano de segurança. Esta será uma obra difícil e complicada, daí não se ter pressionado o empreiteiro a começá-la na época balnear, pois causaria muitos transtornos. Agora, é uma questão de dias até o empreiteiro começar. Quanto às árvores há sempre visões diversas. A única convulsão que o senhor Presidente teve na campanha eleitoral foi por um munícipe que entendia que o Presidente da Câmara deveria pôr mais árvores a baixo, porque as árvores em frente à porta dele estão altas e ele gostaria de as ver retiradas dali. A questão das árvores na Av. João Grave tem a ver com a questão da mobilidade, ou seja, é preciso saber-se onde se vão colocar porque causam problemas depois na mobilidade e na circulação. Há outros sítios que podem ser utilizados, aliás para a semana ao abrigo do CODS vão ser plantadas duzentas árvores em sítios específicos, árvores autóctones. Relativamente à estrada Boco-Quintã é uma das vias que tem algumas questões de limpeza, tendo a Junta de Freguesia já assegurado alguma limpeza e já se encontra em melhor estado. Aquela via tem a questão das canas que crescem com muita rapidez. Quanto à questão dos contentores, e a limpeza e desinfeção dos mesmos, infelizmente em Ouca havia alguns contentores sujos, a limpeza foi feita, mas não produziu qualquer efeito porque tinham muitos resíduos no fundo. Entretanto, no dia de hoje realizou-se uma reunião com o operador e irá ser iniciada a nova operação a partir do dia dezasseis de Outubro, ou seja, irá ser iniciada a substituição progressiva de todos os contentores de acordo com o que está no novo caderno de encargos que foi aqui aprovado. Quanto ao Areão

Sul é um problema delicado que o senhor Presidente espera vir a resolver através de um protocolo com a Câmara Municipal de Mira. Como se sabe aquele é um território de Mira e que agora, ao abrigo da transferência de competências, quem ficou com a competência foi a Câmara Municipal de Mira. No entanto, esse território é sempre associado às praias de Vagos e aquilo que já foi conversado com o Presidente da Câmara Municipal de Mira era que quando o processo de transferência de competências tivesse completo os dois Presidentes “sentarem-se” e elaborarem uma espécie de um protocolo para que Vagos fique a gerir toda a parte do Areão Sul e aí ser responsabilizado, mas ter também autonomia para fazer a intervenção. Em relação às casas de banho houve um problema com a limpeza, e o senhor Deputado alertou o senhor Presidente pessoalmente que assim que teve conhecimento logo percebeu que havia algumas falhas por parte das operadoras, falhas essas que vieram a ser corrigidas. De facto, existia a assinatura a assinalar a limpeza e essa limpeza não era efetuada devidamente. Em relação à intervenção do senhor Deputado Bruno Julião o senhor Presidente, depois do que ouviu, referiu que quase tem vontade de pedir desculpas à Comissão Política do PSD e a todos os sociais democratas pelo “fraco resultado” que o PSD obteve nas eleições do passado domingo, mas depois foi ver e tiveram 60% dos votos. Um partido que só consegue apresentar candidaturas a duas Juntas de Freguesia, enquanto um partido como o CHEGA, recém-criado, conseguiu apresentar quatro candidaturas, demonstra uma vitalidade que o Partido Socialista, infelizmente, em Vagos não tem demonstrado e isso há que assacar as responsabilidades aos dirigentes e elogiar quem chegando de novo consegue montar um processo eleitoral com esta amplitude. Quanto às transmissões das sessões da Assembleia Municipal via online foram tomados os devidos cuidados para que se prestasse este serviço à população como se prestaram outros. Por exemplo, em termos de Câmara Municipal fizeram-se reuniões descentralizadas, indo às Freguesias, e parou-se o processo devido à COVID19, chegando a fazer-se reuniões fora da hora de expediente, mas infelizmente não se conseguiu atrair mais pessoas. Hoje, por exemplo, estão bastantes pessoas no público o que é muito bom e útil pois aumenta a discussão e isso só enriquece a democracia. O senhor Presidente nunca se escudou durante estes oito anos a dar qualquer resposta ou a mostrar qualquer documentação aos senhores Deputados, ou a quem quer que seja. Por outro lado, muitas das vezes o Partido Socialista usa uma tática sub-reptícia que foi o que fez com a questão do RGPD. O PS chegou aqui não discutiu o tema, não quis discutir, e depois sorrateiramente, e no fim da reunião, meteu um requerimento que nem foi a votação. O que os senhores pretendiam era levantar a questão num tema e numa altura que lhes convinha politicamente, para colocar a Câmara Municipal em causa, porque estavam feridos com o processo de Lisboa e decidiram arrumar para cima dos outros uma responsabilidade que é do Partido Socialista, não de Vagos, mas da Câmara de Lisboa. O senhor Presidente poderia ter esclarecido facilmente essa questão, como irá fazer hoje, porque pediu imediatamente um parecer que aqui vai apresentar hoje e que se, por exemplo, na reunião preparatória, onde esteve o senhor Deputado do Partido Socialista Óscar Gaspar, tivesse sido colocada essa questão o esclarecimento já teria sido feito na sessão de junho. O senhor Presidente teria pedido o parecer que pediu aos serviços que teriam dado a tempo

de trazer aqui. Embora não tenha sido solicitado, o senhor Presidente poderá enviar o parecer que foi feito pelo chefe de divisão financeira com acompanhamento da parte jurídica e que basicamente diz que a Câmara Municipal tem de cumprir as regras do SNC-AP e o que faz esta Autarquia fazem todas as Câmaras do país, porque os softwares são iguais para todas. O senhor Presidente informa que poderá fazer chegar o parecer aos senhores Deputados, se assim o entenderem, mas o que aqui interessa, por agora, é o último ponto desta informação que diz *“quanto à questão do tratamento dos dados do referido mapa importa ainda salientar que no âmbito do regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril relativo à proteção de pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, dever-se-á atender ao disposto artigo 6º, do referido regulamento, designadamente a alínea c) do nº1 e a alínea b) do número três que determina a licitude do tratamento de dados pessoais quando o mesmo é necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica. E essa obrigação jurídica é que a Câmara Municipal tem que dar conhecimento público de todos os apoios que dá, sejam eles de forma individual ou coletiva.”* Portanto isto é o que todas as Câmaras Municipais do país fazem. O senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de poder esclarecer esta questão, que o deixou bastante irritado na última reunião, porque não lhe foi dada a oportunidade de responder numa lógica democrática em que quem quer saber as coisas pergunta e que quem tem de responder responde. Essa oportunidade não foi dada ao senhor Presidente da Câmara e ficou muito chateado, porque é uma forma de fazer política muito sub-reptícia na qual não se revê. Quanto à questão da zona industrial e às falhas de energia fazem lembrar o candidato do Partido Socialista que em pleno debate disse que a empresa NUTRE tinha fechado, e é tão verdade as falhas de energia como a NUTRE ter fechado, ou seja, é mentira. O que aconteceu foi que passado pouco tempo teve que desmentir o que disse, porque a NUTRE não fechou, antes pelo contrário, está em processo de expansão, mudou foi de nome, para WHITE & GREEN. As falhas de energia existiam antes deste Executivo tomar posse, há oito anos, foram corrigidas e neste momento a zona industrial é servida por dois sectores energéticos diferentes e, portanto, até à data à Câmara Municipal, onde devem chegar essas queixas, ou ao Núcleo Empresarial de Vagos, não chegou nada. Em relação à questão dos sobrantes e dos danos na Freguesia de Ouca a Câmara Municipal tem essa noção e também tem andado a pressionar o empreiteiro e espera-se que após o período eleitoral a situação fique resolvida. O alcatroamento da Rua Principal de Rio Tinto foi coordenado com a Junta de Freguesia e esperou que a estrada pudesse abater, e espera-se que não haja nenhuns abatimentos agora nesta fase posterior. Relativamente à CPCJ é um órgão que tem sido acarinhado e acompanhado pelos senhores Deputados Municipais. Relativamente ao início do ano lectivo arrancou de forma tranquila e serena. Este ano colocou-se mais quarenta e cinco Assistentes Operacionais daquilo que é o rácio do Governo. É um investimento grande que está a ser feito na educação, mas que é necessário. Para terminar, agradeceu a todos os senhores Deputado Municipais pela compreensão que tiveram e pela forma como colocaram sempre as questões. Deixou, também, um agradecimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e à Mesa pela forma como coordenou os trabalhos,

aos senhores Vereadores, que vão continuar no próximo mandato, e fez um agradecimento muito especial ao senhor vereador João Domingues que não vai continuar, mesmo não estando ele aqui presente. O senhor Vereador João Domingues foi alguém que sempre contribuiu para a solução, foi alguém que sempre discutiu os temas, sempre colocou questões, e foi um excelente elemento que contribuiu, e muito, para a democracia. Há alguns Deputados Municipais que vão sair e a todos eles fica um agradecimento, especialmente aos dois mais velhos, o senhor Basílio e o senhor Silvério Rua que foram duas pessoas que trabalharam muito em prol do Concelho. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e referiu que o senhor Presidente da Câmara tem todo o direito a descansar e não deve ter olhado com atenção para os resultados eleitorais, mas quis deixar duas notas. A primeira delas é que esteve em Vagos a Federação Distrital do PSD a prometer o melhor resultado do PSD no país, e nem de perto este é o melhor resultado do PSD no Distrito, ou seja, fracasso total em relação àquilo que foi prometido. Uma campanha que teve o advogado da Câmara Municipal, Luís Montenegro, a vir a Vagos fazer um comício. O senhor Deputado espera que no próximo mandato o PSD se importe com a questão ética da Autarquia de Vagos e não contrate um militante do PSD que vem cá fazer comícios. Segundo o senhor Deputado o PS foi o partido que mais cresceu em termos percentuais para a Assembleia Municipal. Em relação à zona industrial a resposta que foi dada é muito “fraquinha”. Primeiro, o que fizeram aqui foi desprezar totalmente um problema grave na zona industrial de Vagos e não se dedicou um segundo sequer a falar do planeamento da obra na rede viária, e isso é inaceitável. Isto acontece porque, provavelmente, ainda não foram lá e, por isso, não viram. Se calhar para ter uma plena noção da realidade em vez de dizer que é caro é melhor dizer a verdade, ou seja, que há uma total incapacidade do Município de Vagos para investimento total. Segundo, há uma total incapacidade do Município de Vagos para o cofinanciamento desta obra. Tem que se perceber que não é culpa das pessoas que não dizem, é ir ao terreno e ver. Não houve investimento porque não têm capacidade de investimento. Não há só problemas na rede viária na zona industrial, não há respostas céleres a pedidos das empresas que são responsabilidade da Câmara, como, por exemplo, a venda de lotes.-----

----- O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que acerca dos dados serem publicados urge esclarecer uma coisa. Há muitos anos que as escolas são obrigadas a publicar as listas dos alunos que requerem subsídio. Há muitos anos que as escolas são obrigadas a publicar as listas dos alunos que têm subsídio e do escalão em que eles estão incluídos. Este procedimento é obrigatório nas escolas. Há muitos anos que as escolas têm de publicar a lista dos alunos que pedem matrícula e dos alunos que depois obtêm matrícula. O que a Câmara Municipal fez é algo completamente usual e algo perfeitamente legal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e esclareceu que em relação ao planeamento da obra o problema do Partido Socialista é que não conhece o Concelho de Vagos. Aquela obra teve uma primeira fase completamente independente, que foi a ligação desde a empresa FERNETO até à vala que está a sair perto da empresa ClickHouse. No segundo faseamento desta obra foram feitas todas as condutas de águas pluviais que havia necessidade de

fazer. Como a obra vai ser feita com a substituição total de todo o pavimento que está, por um novo, não havia hipótese nenhuma de fazer as coisas de forma diferente. Os senhores Deputados é que depois vêm aqui, lançam umas coisas para o ar de umas empresas que se queixam. À Câmara Municipal e ao NEVA não chegou qualquer queixa, não se sabe onde é que os senhores vão buscar essas queixas. Quanto à incapacidade de financiamento das obras por fundos comunitários, além de não conhecerem o Concelho nem sequer leem os documentos, porque se forem aos documentos enviados na informação do Presidente de Câmara viam o financiamento para o Parque Empresarial de Soza, Parcela B, através das áreas de localização empresarial. A Câmara Municipal só pode candidatar investimentos de expansão e um por Município como o senhor Deputado deve saber, ou deveria saber. Além disso, mais à frente na candidatura na Rede Estruturante Mobilidade Suave Vagos Norte, Zona Industrial de Vagos, Centro Escolar da Gafanha da Boa Hora – Vagueira, verá na sua Ação II, Requalificação da Zona Industrial de Vagos - Introdução de Pista Ciclável e Pedonal, e Ação III, Pista Ciclável Vagos - Zona Industrial de Vagos, empreitada e consignada e aguarda execução física. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião solicitou uma interpolação à Mesa sobre a ordem de trabalhos. Sobre este ponto a lei estabelece que a informação deve ser enviada cinco dias antes ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e se os membros a poderem receber neste prazo seria ótimo, para todos terem melhor capacidade de análise do documento. A segunda nota é um pedido também extensível à Câmara Municipal, porque é quem elabora o documento, também seria bom para todos os membros ter todos os elementos num só documento em vez de se estar a descarregar e a ler dezenas de documentos. Fica à consideração da Câmara Municipal. Os membros da Assembleia Municipal veem estes pontos da ordem de trabalhos como uma agenda curta e que não tem pontos novos e basicamente o que tem são aqueles pontos mínimos exigidos por uma Assembleia Ordinária. O senhor Deputado considera importante ter sempre uma agenda com mais pontos, relevante e útil para que todos os vaguenses percebam qual é a utilidade deste órgão que é um espaço privilegiado de debate em Vagos, o único e o principal Órgão Municipal, e deixa o apelo para resolver essa situação e possa haver uma consulta pública prévia a todos os partidos para determinar as ordens de trabalho das reuniões. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o senhor Deputado Bruno Julião que o que fez, não foi uma interpolação à Mesa em relação à condução dos trabalhos. A questão é muito simples, o Regimento é claro, e foi aprovado, aqui, por unanimidade. É verdade que a documentação tem de ser remetida ao Presidente da Assembleia Municipal com cinco dias de antecedência, mas diz o artigo 19º que tem de ser enviada aos membros da Assembleia Municipal

com dois dias de antecedência, tal e qual como toda a outra documentação. Ao longo do mandato tem-se cumprido estritamente com isso e é intenção continuar a fazê-lo. A sugestão é bem-vinda, não há qualquer problema, de modo a aumentar uma maior capacidade de análise e de entendimento dos documentos. Em relação à questão da ordem de trabalhos, e em relação à questão da utilidade do Órgão Assembleia e destas sessões, o senhor Presidente da Assembleia Municipal discorda do senhor deputado Bruno Julião. A utilidade e a forma como se dignifica a Assembleia Municipal não pode ter a ver com a ordem de trabalhos, com os pontos que se discutem, mas sim com o comportamento de cada um e com a ação de cada um, enquanto eleitos pelo povo e com a forma de atuação de cada um na Assembleia Municipal. Aliás, são várias as Assembleias Municipais que estão a reunir com uma ordem de trabalhos só com um ponto como esta. Esta é mesmo a última Assembleia Municipal deste mandato. Entretanto, há outra questão que é o facto de alguns assuntos, estando-se em período de gestão, não poderem ser votados e não houve nenhum de grande importância que tivesse de ser discutido hoje. Portanto, a ordem de trabalhos é a que é. -----

----- O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto, de acordo com a informação previamente enviada aos membros da Assembleia Municipal. Entretanto, o senhor Presidente esclareceu que a informação, tal e qual como está, foi feita em conciliação com os grupos municipais do Partido Socialista, do CDS/PP e do PSD e, por isso, nem percebe esta interpelação. Isto é absolutamente ridículo, porque a forma como a informação está a ser prestada foi feita em conciliação com o senhor Deputado Óscar Gaspar, com o senhor Deputado Jorge Pereira e com o senhor Deputado Juan Carlos Martins. Há muito tempo que está a ser feito assim e o senhor Presidente não irá alterar. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e quanto ao documento referiu que o grupo municipal do CDS/PP sempre foi um defensor do “sumo” da informação e da forma do mesmo. O documento tem vindo a ser melhorado ao longo dos tempos, o que não quer dizer que não possa ser melhorado ainda mais com informação mais clara e concisa. Quanto ao formato do documento foi o acordado entre as três partes e o resultado é este. Em relação à informação propriamente dita, e começando pela informação financeira pode verificar-se a péssima execução orçamental da despesa. A informação é do dia dezasseis de setembro, e alertou o senhor Presidente da Mesa que a data de fecho do documento devia ser feita mais perto da data da realização da sessão da Assembleia Municipal para estar o mais atualizado possível, ou então ter enviado o documento mais cedo. A execução global da despesa está a 41%, a informação é de dezasseis de setembro e está-se a três meses do fim do ano. É um clássico deste executivo, promete muito e depois a concretização das coisas é mais difícil, tendo que recorrer a retificações de modo a que a execução suba para os oitenta e tal por cento de modo a cumprir a lei. A verdade é que ao longo do ano as coisas vão ficando por fazer ou aquilo que se promete, depois não acontece na realidade. Nesta altura devia-se estar com uma concretização na ordem dos setenta e tal por cento, ou perto disso, e está-se com 40%. Quanto ao formato do documento uma das coisas que devia ser alterada são as nomenclaturas pois num lado aparece fornecedores de investimento e

noutro lado aparece empreiteiros e convinha clarificar isto bem. Há uma diminuição das dívidas a fornecedores e há um aumento de setecentos mil euros da dívida aos tais fornecedores de investimentos e o grupo municipal do CDS/PP quer saber o que é que representa este valor, um aumento tão substancial. Na informação jurídica, para além dos inúmeros vagueses que colocam o Executivo em Tribunal devido ao mau estado das estradas e querem ver ressarcidos os prejuízos provocados nos seus automóveis, o que continua a saltar à vista, e é importante que seja esclarecido, é o processo relativo à adjudicação da obra de reabilitação do Palácio Visconde de Valdemouro e as implicações que terá no arranque da obra. Ao que parece a obra foi adjudicada já em abril de dois mil e vinte e um, há seis meses, e continua-se sem se ter perspectivas da obra arrancar e se já há previsão para o início da mesma. Segundo o documento o prazo de execução anda à volta dos setecentos e trinta dias, sensivelmente dois anos, e para se receber o financiamento europeu, na ordem de um milhão e setecentos mil euros, a obra tem de estar concluída até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três. Assim sendo, ou a obra arranca agora ou temos mais um clássico, não só em Vagos, mas também noutros Concelhos, ou seja, que as obras demoram sempre muito mais tempo que o previsto. Portanto, ou se começa agora ou depois poder-se-á ter problemas no financiamento da obra. O resto do dinheiro já foi aprovado aqui em sede de Assembleia Municipal, a questão financeira, aparentemente, não é o problema, mas o arranque da obra é que parece estar a demorar. No que respeita à obra Salgueiro - Fontão esta já está terminada, aparentemente o asfalto é novo, a Junta de Freguesia anda a fazer os passeios, ainda falta a sinalização. Em relação aos melhoramentos na Av. do Parque de Campismo da Vagueira o senhor Deputado pergunta se são extensíveis até aos semáforos, perto da antiga farmácia, pois é uma zona com acessos maus à praia. Para terminar felicitou todos os intervenientes nestas Eleições Autárquicas, todos felicitam os que ganham e o senhor Deputado quis felicitar também os que perderam. Alguns sabem que vão perder, mas mesmo assim enchem-se de coragem e tentam lutar. Felicitou, em especial, as duas Juntas de Freguesia do CDS/PP, Ouça e Calvão, principalmente Calvão que, segundo ele, governou nestes últimos quatro anos em condições muito difíceis. -----

----- O senhor Deputado Rafael Castro usou da palavra e referiu que na última Assembleia chamou à atenção para o facto de que no documento sobre os serviços operacionais em três Juntas de Freguesia constar que a informação disponibilizada era a mesma, limpeza e manutenção diversa. O senhor Deputado fica satisfeito que neste novo documento apenas consta esta informação numa Junta de Freguesia, em Calvão. Esta é a prova de como é importante questionar o Edil para que se possa ter informação mais detalhada e assim cumprir o propósito deste Órgão, fiscalizar o trabalho do Executivo Municipal. É também de salientar que sobre a faixa de limpeza da gestão de combustíveis o número de hectares limpos é exatamente o mesmo de há três meses, sendo que ainda só se alcançou 60% do que está previsto limpar no corrente ano. Nas atividades culturais inumeradas quais são as conclusões das mesmas? Pergunta. O que se verifica é apenas uma enumeração de atividades, sem que com a mesma se retire qualquer balanço ou qualquer conclusão. Aliás, em toda a informação do Presidente é um problema transversal, muitas vezes

não há conclusões que se retirem dos eventos ou dos números alcançados e não há explicações dos projetos. Quanto à construção das ciclovias alertou para que as mesmas não deveriam ser construídas como foram, por exemplo, em Ponte de Vagos. Além de eliminarem o passeio as bicicletas mal conseguem lá circular. Na informação sobre planeamento e obras públicas existem dois concursos públicos para a Pista Ciclável na Boa Hora e o senhor Deputado pede esclarecimentos para este facto. Na informação da Ação Social é referido que cinco apartamentos devolutos no Bairro Dr. Pedro Guimarães e na última Assembleia Municipal o senhor Presidente havia dito que quatro iriam ser alvo de concurso público, assim sendo, qual o ponto de situação deste processo? Pergunta. Na informação sobre a Proteção Civil é referida uma reunião do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Região de Aveiro, a que conclusões chegaram? Ainda neste ponto é referido o apoio à Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, mais uma vez o senhor Deputado foi consultar o site da Câmara Municipal e não conseguiu encontrar qualquer informação sobre este assunto. O senhor Presidente assumiu aqui a trinta de abril, e passou a citar *“termina hoje o prazo dado aos serviços para darem a informação ao Gabinete de Comunicação para atualizarem o site”*. O problema continua inalterado, precisamente cinco meses depois. Desta situação podemos concluir que se verifica uma incapacidade em cumprir esta promessa. Na informação sobre Energia e Manutenção de Infraestruturas vem referida a Requalificação da Rua da Fonte – Pista Ciclável de Vagos para a Zona Industrial, na parte da Fiscalização de Obras Públicas. O senhor Presidente referiu que esta obra ainda não começou e o senhor Deputado gostaria de saber como é que se fiscaliza uma obra que ainda não começou. Questionou ainda, onde e quando serão instalados os próximos Postos de Carregamento de Veículos Elétricos. Na informação sobre Desporto, Educação e Juventude é referida a Biblioteca de Praia e o senhor Deputado perguntou quantos participantes teve este ano, pois várias pessoas queixaram-se do horário de não funcionamento. O senhor Deputado perguntou também como está a decorrer a campanha de esterilização de animais de companhia anunciada a uns dias das Autárquicas. É final de setembro e só foi executado 40% do orçamento previsto para este ano, solicita esclarecimentos. Quais as conclusões do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no uso de recursos? Perguntou. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que o que se está aqui a tratar é uma informação, é apenas para informar, compete apenas à Câmara Municipal informar. O senhor Deputado não está aqui como defesa do senhor Presidente da Câmara ou do executivo, está aqui como membro eleito pelos vaguenses para a Assembleia Municipal de Vagos e é essa instituição que quer representar e quer orgulhar-se dela. Posto isto, não pode deixar de referir que não foi à sombra da pandemia que este Executivo se fechou em copas, houve ação nas áreas que o senhor Deputado mais privilegiou durante estes quatro anos, nomeadamente a cultura, o desporto, a educação e a ação social. Podia ser mais? Sim, podia, mas houve ação em Vagos. As atividades foram aquelas que foram possíveis e as que o Executivo entendeu as mais corretas, podiam ter sido indicadas outras, mas estarão, com certeza, nos desígnios dos próximos tempos. Este Órgão sempre se pautou pela correção e quando não se concorda com as coisas deve ser dito. Sobre

este documento, há bem pouco tempo o senhor deputado fez questão de referir, numa das sessões da Assembleia Municipal, que se congratulava pela forma como tinham sido alterados estes documentos. Portanto, não vale a pena andar aqui a fingir que não aconteceu nada, houve uma alteração de procedimentos e hoje é muito mais fácil ler-se o documento, porque para além do documento de grande informação, que é mais extenso, ele está por subcapítulos que é de fácil leitura, mesmo para as pessoas que têm menos instrução. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para esclarecer as questões levantadas pelos membros da Assembleia Municipal, relativas a este ponto da ordem de trabalhos. Em relação à data da informação a Câmara Municipal procura que ela seja enviada o mais breve quanto possível, mas nesta fase não foi fácil ter a informação disponibilizada mais cedo do que se conseguiu. De todas as formas sempre se procurou fazer esse esforço para que durante o mandato fosse enviada atempadamente de forma a que pudessem ler e tomar conhecimento. Este modelo que foi concertado entre todos permite uma leitura mais fácil e mais rápida dos documentos. Relativamente à questão da execução tem duas influências que não se vêm aqui. Uma delas, por exemplo, ainda hoje, uma das melhores notícias que recebeu enquanto Presidente de Câmara, a Câmara Municipal recebeu cerca de um milhão e meio de euros relativos ao financiamento da estrada Rines-Sanchequias, da Pista Ciclável. A Pista Ciclável da estrada Rines-Sanchequias é a pista possível, porque na dimensão de muro a muro que existia não dava para fazer mais. A Câmara Municipal entendeu que faria sentido mesmo que ela não tivesse a dimensão que se gostaria, mas foi a possível, e ainda bem que se fez, porque se conseguiu financiamento para ela. Esta é uma notícia feliz e que aumenta bastante a execução, para além do facto de se ter passado dois empréstimos para a rúbrica definido, que estavam como montantes não definidos, e aumentou o valor do orçamento em termos gerais. Esta alteração aumenta o valor base da receita e depois baixa a execução. No final do ano haverá a possibilidade de fazer esses acertos, caso sejam executados ou não esses empréstimos na sua totalidade. Relativamente à nomenclatura, de como é que se chama, por vezes o uso de empreiteiro é mais fácil em algumas situações, mas o termo correto em termos contabilístico é fornecedor de investimento. Quanto ao aumento, são fornecedores de empreitadas e isto depende muito, há alturas em que as empreitadas têm autos mais elevados e há outros que têm autos mais reduzidos. Com o milhão e meio que o Município recebeu que vai ser utilizado manifestamente no pagamento de algumas destas faturas e vai diminuir drasticamente esta dívida, quer a fornecedores de investimento quer a fornecedores conta corrente. No caso dos fornecedores de investimento, empreiteiros, muitas dessas empreitadas têm financiamento garantido, a Autarquia adianta o pagamento e depois recebe o retorno financeiro. Aquilo que está aqui em causa é que se vai conseguir chegar ao final do ano, com este financiamento que se conseguiu, com a dívida mais reduzida, a mais baixa desde dois mil e nove, porque se vai reduzir substancialmente o montante de endividamento e isso é muito bom, porque permite ao Município readquirir capacidade de endividamento para outras empreitadas, nomeadamente a do Palacete de Visconde de Valdemouro ou o acesso da Zona Industrial de Vagos à A17. No caso do Palacete que já tem financiamento garantido. Hoje mesmo, chegou a

resposta e está-se a finalizar o procedimento para a contratação da parte remanescente através daquele empréstimo do IFRU, já discutido aqui. Com isto ficará fechado este processo. Em aberto ficará o processo jurídico que está a decorrer. A Câmara Municipal ganhou a Ação no Tribunal da Relação e, entretanto, o empreiteiro decidiu recorrer para o Supremo. Esta situação não impede que a Câmara Municipal inicie a obra. Finalizado o processo de empréstimo a Câmara Municipal irá pedir o Visto ao Tribunal de Contas e se este der o visto a empreitada será consignada e iniciar-se-á todo o processo de empreitada. Se houver alguma questão posterior será para discutir mais à frente. Quanto à questão da Av. do Parque e Campismo a obra é para ser realizada desde o Parque de Campismo até à Ponte da Vagueira com a Requalificação e criação de uma mini rotunda galgável. O processo já foi aprovado em sede Reunião de Câmara, já está adjudicado, houve foi uma conciliação com a AdRA para reparar aquelas caixas de saneamento que lá estavam e que abatiam. A partir daqui poderá começar a obra, talvez para a semana já comece. Em relação à estrada Salgueiro-Fontão o senhor Presidente não consegue neste momento dizer se ela está finalizada, porque aquela empreitada esteve suspensa por ter havido o abatimento, o empreiteiro responsabilizou-se, mas não sabe dizer exatamente o que falta e se foi colocada a sinalização vertical. A Requalificação que foi feita foi por conta do empreiteiro, por conta da garantia de boa execução da obra. A questão da limpeza e manutenção e o facto de ter melhorado a informação o senhor Presidente está sempre disponível para melhorar a informação, o que quer é prestar a informação o mais detalhada possível para que os membros da Assembleia tenham acesso a ela e consigam entender o que lá está. Quanto à faixa de gestão poderá ter havido alguma questão, porque ainda por estes dias se limpou por trás do Bairro de São João e ainda não está aqui considerado no documento. Entretanto, no cumprimento do Plano há coisas do ICNF e já não são competência da Câmara Municipal. No que respeita ao site do Município foram feitas melhorias, de certeza absoluta, podem não estar todas feitas, terá de continuar a ser corrigido, porque o site é um instrumento que tem de ter um acompanhamento constante, às vezes não tem tido, e há que acompanhar mais de perto a informação do site. O site é onde está a informação mais fidedigna, porque está sempre presente e tem de estar sempre atualizado. Quanto à Biblioteca de Praia, o senhor Presidente não tem os dados, mas teve muita utilização. Questão da esterilização dos animais a campanha já é feita há muito tempo, lançou-se agora porque houve um novo programa do Governo para financiar a esterilização. Em relação aos apartamentos devolutos tem de se rever o Regulamento de Atribuição dos apartamentos e terá de vir à Assembleia Municipal. Este é um dos assuntos que não poderia vir a esta sessão, porque terá de ir ainda à Reunião de Câmara e tem de se aguardar a tomada de posse dos novos Órgãos. -----
----- O senhor deputado Rafael Castro voltou a usar da palavra e referiu algumas questões que o senhor Presidente não respondeu: balanço das atividades culturais; o porquê de dois concursos públicos para a Pista Ciclável da Boa Hora; conclusões da reunião do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Região de Aveiro; conclusões do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no uso de recursos. Em relação ao site da Câmara podem ter sido feitas melhorias, mas

ele continua inoperacional, porque basta ver Comissões cuja última ata que lá tem é de dois mil e catorze e dois mil e dezasseis, por exemplo. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para responder às questões em falta. Quanto à questão do site há alguma informação que consta e que provavelmente não devia constar, porque há algumas Comissões que são meramente colaborativas com o Presidente de Câmara. Essa informação estará no site como está outra, como por exemplo a informação financeira que era colocada, porque a Câmara era obrigada a colocar, por força do PAEL, e deixou de ser obrigada e isso, depois cria alguma confusão na leitura dos documentos. Até dois mil e catorze, ou dois mil e quinze, a Câmara Municipal prestou essa informação e depois deixou de prestar. Portanto, terá de haver esse cuidado e o senhor Presidente ainda não teve esse cuidado de verificar com os serviços, ponto a ponto, para melhorar a apresentação do site. Em relação a reunião do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Região de Aveiro este gabinete trata de várias matérias e o senhor Presidente não sabe especificamente o que se tratou na última reunião. No entanto, informou de que este Gabinete está a tratar de uma matéria fundamental que é a transposição para os PDM's dos Planos que têm a ver com a Gestão das Florestas e a questão da Gestão das Faixas de Combustível, porque isso poderá ser um grande problema para a Gestão do Urbanismo das Câmaras Municipais. A Câmara Municipal não pode condicionar a produção florestal, mas também não pode evitar a questão da Urbanização dos espaços e, por isso tem de haver uma conciliação. A obrigatoriedade de se converter os PROTS e transpor para os PDM's pode ser uma realidade delicada em Concelhos como o de Vagos, mas ultimamente tem sido esta a temática das reuniões para além da questão da limpeza e da gestão das faixas de combustíveis, ou a questão dos ninhos da vespa asiática, que são tudo problemáticas em cima da mesa. Quanto à questão das duas empreitadas, não são duas, ou seja, uma ficou deserta e teve de ser lançada uma nova por um valor acima. No que respeita à cultura, este terá sido o setor onde a Câmara Municipal mais terá falhado nos compromissos eleitorais estabelecidos para dois mil e dezasseis dois mil e vinte e um, porque foi aquele que obrigou a reinventar mais. Atividades que estavam programadas não foram feitas e tiveram de ser feitas outras que não estavam programadas. A avaliação que se faz pode ser sempre uma coisa relativa, agora o que o senhor Presidente faz questão é que se procure envolver o máximo de artistas locais possível. No entanto, poder-se-á dizer que não se envolveram todos, ainda, poder-se-á colocar todas essas questões, mas façam chegar à Câmara Municipal os projetos que existem para serem analisados, porque a Câmara Municipal não conhece tudo, não conhece toda a realidade, os que vai conhecendo vai dando oportunidades e depois conciliar com as quatro candidaturas de financiamentos que foram aprovadas para essas atividades culturais. Algumas a Câmara Municipal tinha orientações muito específicas, procurou ainda assim envolver artistas vaguenses, como foi o caso do teatro musical. A Câmara Municipal procura sempre dar palco aos seus artistas. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião pediu para usar da palavra para fazer um pedido de desculpas. Assim sendo, pediu desculpas ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao

senhor Presidente da Câmara por ter feito aquela sugestão, de alterar o documento da informação do Presidente da Câmara, que vai contra o acordado entre os grupos municipais. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se à Assembleia proferindo algumas palavras de agradecimento e reconhecimento pela forma respeitosa e elevada, como decorreram os trabalhos durante o mandato que agora termina, desejando a todos, aos que continuam e aos que não continuam nesta Assembleia Municipal, no próximo mandato, os maiores sucessos e êxitos, pessoais, profissionais e políticos.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o Segundo Secretário, senhor Victor Fernando dos Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, sendo esta a última sessão do mandato, submeteu a minuta da ata à votação tendo sido esta **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte horas e vinte minutos da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa.

-----**O Presidente,**_____.